

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA LOCAL: REFLEXÕES A PARTIR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM SUMÉ-PB****SPECIAL EDUCATION AS A LOCAL PUBLIC POLICY: REFLECTIONS BASED ON SPECIALIZED EDUCATIONAL ASSISTANCE IN SUMÉ, PARAÍBA, BRAZIL****LA EDUCACIÓN ESPECIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA LOCAL: REFLEXIONES A PARTIR DE LA ATENCIÓN EDUCATIVA ESPECIALIZADA EN SUMÉ-PB**

10.56238/revgeov17n1-099

**Camilly Lorrane Feitosa da Silva**

Graduada em Gestão Pública

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande

Lattes: lattes.cnpq.br/6752645411351426

**Kevin Ferreira Corcino**

Doutor em Administração

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande

Orcid: orcid.org/0000-0001-5185-061X

Lattes: lattes.cnpq.br/0340119374299202

**Bruno Vicente Lippe Pasquarelli**

Doutor em Ciências Políticas

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande

Orcid: orcid.org/0000-0002-6911-5485

Lattes: lattes.cnpq.br/0598322092154820

**Allan Gustavo Freire da Silva**

Doutor em Administração

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande

Orcid: orcid.org/0000-0003-1550-8061

Lattes: lattes.cnpq.br/0886300382020774

**RESUMO**

O presente estudo analisa a implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no município de Sumé-PB, compreendendo-o como uma política pública local fundamental para a consolidação da educação inclusiva. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, utilizando levantamento documental e entrevistas semiestruturadas realizadas com a coordenação do AEE, professores atuantes nas Salas de Recursos Multifuncionais e mães de alunos atendidos pelo programa. Os resultados evidenciam que o AEE desempenha papel essencial no desenvolvimento educacional e social dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, contribuindo para a inclusão e a permanência escolar. Todavia, identificam-se desafios significativos, como a insuficiência de recursos materiais, limitações de infraestrutura em parte das escolas, resistência de algumas famílias à adesão ao atendimento especializado e fragilidades



na comunicação entre escola e família. Apesar desses obstáculos, observa-se uma avaliação positiva do serviço por parte dos profissionais e das famílias, destacando avanços na organização do atendimento e na qualificação docente. Conclui-se que, embora o AEE em Sumé-PB apresente resultados relevantes, há necessidade de aprimoramentos contínuos, especialmente no fortalecimento da articulação entre gestão pública, escolas e famílias, bem como na ampliação de investimentos estruturais, visando à efetivação de uma educação inclusiva de qualidade em municípios de pequeno porte.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Políticas Públicas. Gestão Municipal. Educação Especial.

## ABSTRACT

This study analyzes the implementation of Specialized Educational Assistance (SEA) in the municipality of Sumé, Paraíba, considering it a key local public policy for the consolidation of inclusive education. A qualitative and exploratory approach was adopted, based on documentary research and semi-structured interviews conducted with the SEA coordinator, teachers working in Multifunctional Resource Rooms, and mothers of students assisted by the program. The findings indicate that SEA plays a crucial role in the educational and social development of students with disabilities, pervasive developmental disorders, and high abilities/giftedness, contributing to inclusion and school permanence. However, significant challenges were identified, including insufficient material resources, infrastructural limitations in some schools, resistance from families regarding acceptance of specialized support, and weaknesses in communication between schools and families. Despite these constraints, the service is positively evaluated by professionals and families, highlighting improvements in service organization and teacher training. The study concludes that, although SEA in Sumé shows relevant progress, continuous improvements are required, particularly in strengthening coordination among public administration, schools, and families, as well as expanding structural investments to ensure effective inclusive education in small municipalities.

**Keywords:** Inclusive Education. Specialized Educational Assistance. Public Policies. Municipal Management. Special Education.

## RESUMEN

El presente estudio analiza la implementación del Atendimiento Educacional Especializado (AEE) en el municipio de Sumé-PB, considerándolo una política pública local esencial para el fortalecimiento de la educación inclusiva. Se adoptó un enfoque cualitativo y exploratorio, utilizando análisis documental y entrevistas semiestructuradas con la coordinación del AEE, docentes que actúan en las Salas de Recursos Multifuncionales y madres de alumnos atendidos por el programa. Los resultados muestran que el AEE es un instrumento fundamental para el desarrollo educativo y social de estudiantes con discapacidad, trastornos del desarrollo y altas capacidades, favoreciendo la inclusión y la permanencia escolar. No obstante, se identifican desafíos importantes, como la escasez de recursos materiales, deficiencias en la infraestructura escolar, resistencia de algunas familias y debilidades en la comunicación entre escuela y familia. A pesar de estas limitaciones, el servicio es evaluado positivamente, destacándose avances en la organización del atendimiento y en la formación profesional. Se concluye que el AEE en Sumé-PB presenta avances relevantes, pero requiere mejoras continuas, especialmente en la articulación entre gestión pública, escuelas y familias, así como en el fortalecimiento de inversiones estructurales para garantizar una educación inclusiva de calidad en municipios pequeños.

**Palabras clave:** Educación Inclusiva. Atención Educativa Especializada. Políticas Públicas. Gestión Municipal. Educación Especial.



## 1 INTRODUÇÃO

É fundamental destacar, antes de tudo, a importância do desenvolvimento infantil na primeira infância, uma vez que essa fase é determinante para a formação de indivíduos reflexivos, críticos e socialmente engajados no futuro. Diante disso, entende-se que a educação infantil está atrelada a um conjunto de métodos de aprendizagem cujo intuito é desenvolver maior independência e autonomia nas crianças ressaltando a importância das escolas na primeira infância. Embora o desenvolvimento infantil possua padrões, cada criança possui um ritmo próprio e seu desenvolvimento não é algo presumível (Liberalesso, 2025).

Desse modo, no que diz respeito às crianças com dificuldades específicas advindas de transtornos globais do desenvolvimento, deficiências e superdotação/altas habilidades, alguns desafios ainda permanecem no contexto da educação inclusiva na primeira infância, incluindo a ausência de formação específica, a falta de recursos e suporte adequados, além dos obstáculos estruturais e comportamentais existentes nas escolas (Moraes; Hummel; Silva, 2023).

A Educação Inclusiva surge como uma ação política, cultural, social e pedagógica cujo intuito é a garantia do direito ao convívio social, aprendizado e participação de todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades específicas, sem quaisquer discriminações (Brasil, 2007). A política de educação inclusiva, segundo Araújo (2023), vem ganhando espaço quanto a sua importância no âmbito educacional de modo que garanta o acesso igualitário à educação de qualidade, além de exercer um papel essencial no que diz respeito a promover e implementar práticas de inclusão nas escolas.

A educação inclusiva visa garantir o acesso de todos a uma educação de qualidade, independente de suas condições, com a promoção da diversidade, igualdade e justiça social. Nessa perspectiva, a inclusão não está relacionada somente ao ato de matricular alunos com deficiências, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a educação inclusiva refere-se ao ato de gerar oportunidades ao seu público-alvo através de adaptações necessárias e os devidos recursos para ampliar e potencializar o desenvolvimento e aprendizado do mesmo (Correa, 2024).

Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui um instrumento essencial para a efetivação da educação inclusiva, por meio de métodos que fortalecem a aprendizagem e o desenvolvimento do seu público-alvo. Esse atendimento busca garantir uma educação de qualidade, respeitando as particularidades de cada aluno (Morais, 2024; Silva; Araujo; Bresciani; Almeida; Corcino, 2023).

Em 2013 o Conselho Estadual da Paraíba, CEE/PB, publicou a resolução nº 080 com a definição de condições para a criação de Centros de Atendimento Especializado (CAE), tendo em vista o art. 5º da Resolução CNE/CEB nº 04/2009, que determina as devidas instruções para a implementação do AEE na Educação Básica como modalidade de Educação Especial (PARAÍBA, 2013).



A criação dos Centros de Atendimento Especializado (CAE), conforme estabelecido pela Resolução nº 080 do CEE/PB em 2013, representou um marco normativo importante para a efetivação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no âmbito da Educação Básica. Esse direcionamento normativo passou a nortear as ações dos municípios paraibanos para a implementação de políticas educacionais inclusivas. Nesse contexto, o município de Sumé-PB, localizado na região do Cariri paraibano, a 257 km da capital João Pessoa deu um passo significativo ao inaugurar, em março de 2017, a sua primeira Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), instalada na Escola Zélia Braz. A iniciativa buscou concretizar, na prática, os princípios previstos na legislação, oferecendo um espaço estruturado e recursos humanos qualificados para atender às necessidades específicas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Logo após a sua implementação a prefeitura necessitou expandir a capacidade de atendimento. Essa ampliação do acesso ao AEE refletiu a crescente demanda por esse tipo de serviço.

Este é um retrato vivenciado por muitos municípios brasileiros e que tem exigido que a gestão pública assegure a inclusão e a permanência dos alunos com necessidades específicas no ambiente escolar, evidenciando a importância de políticas públicas que garantam igualdade de oportunidades educacionais (Silva; Prado, 2025). Diante desse contexto, o objetivo dessa pesquisa é investigar como o município de Sumé-PB tem enfrentado essas dificuldades para garantir um atendimento educacional inclusivo e de qualidade, além de identificar estratégias que possam ser adotadas para superar esses obstáculos e fortalecer o programa.

Essa pesquisa se mostra necessária para compreender os desafios e avanços na implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em pequenos municípios, especialmente em Sumé, na Paraíba. Investigar esse panorama é essencial para identificar as dificuldades enfrentadas. Ademais, ao analisar como o município tem lidado com esses desafios, a pesquisa pode oferecer subsídios para o aprimoramento das políticas públicas locais, contribuindo para a construção de um sistema educacional mais inclusivo e equitativo, que garanta a permanência e o desenvolvimento dos alunos com necessidades específicas no ambiente escolar.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Educação Especial, enquanto modalidade da educação escolar, caracteriza-se como um processo educacional que envolve uma proposta pedagógica específica, com a oferta de recursos e serviços educacionais especiais. Esses serviços são organizados institucionalmente com o objetivo de apoiar, complementar ou, em certos casos, substituir os serviços educacionais comuns, visando garantir o acesso à educação escolar e o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as etapas e modalidades da Educação Básica (Bezerra, 2020).



Pode ser entendida, também, como um sistema de ensino que objetiva um atendimento especializado para pessoas com deficiências, distúrbios graves de aprendizagem e/ou de comportamento, altas habilidades ou superdotação, porém sua configuração se deu por meio de um sistema da exclusão dessas pessoas das turmas regulares (Moraes, 2023).

De acordo com Lukesi (2018), com o aumento das demandas e das expectativas da sociedade, os profissionais da educação inclusiva passaram a buscar novas abordagens pedagógicas que promovam a integração efetiva dos alunos no sistema educacional. Para o mesmo autor, a partir da década de 1990, a educação inclusiva se consolidou como uma prioridade nos sistemas educacionais, sendo reconhecida como uma "responsabilidade dos governos e dos sistemas escolares de cada país, no que se refere à qualificação de todas as crianças e jovens, abrangendo conteúdos, conceitos, valores e experiências materializados no processo de ensino-aprendizagem escolar.

Lima (2022) destaca que a educação inclusiva está intrinsecamente relacionada à garantia do direito ao acesso e à permanência no sistema educacional para todos os alunos. Nesse processo, a exclusão é substituída pela identificação e superação das barreiras que impedem o desenvolvimento educacional, social e pessoal. Para que isso se concretize, é fundamental a capacitação contínua de professores e gestores das instituições de ensino, a fim de promover um alinhamento adequado de todos os processos pedagógicos. Somente assim, a educação será capaz de atender a todas as suas demandas, incluindo as de alunos com necessidades específicas, promovendo sua inclusão e desenvolvimento integral.

Diante do exposto, é fundamental apresentar uma breve descrição do contexto histórico da educação especial e da educação inclusiva no Brasil. A partir da década de 1970, com a educação especial sendo reconhecida como uma questão pública no sistema educacional, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) no Ministério da Educação, em 1973. Em 1986, esse centro foi transformado na Secretaria de Educação Especial (SEESP), impulsionando a inclusão da educação especial nas redes públicas de ensino (Rabelo, 2024).

Em 1994, a Declaração de Salamanca representou um marco fundamental ao reafirmar o direito à educação para todos, sem discriminação, incluindo os cidadãos com necessidades educacionais especiais. Na primeira década do século XXI, o Brasil avançou significativamente no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a inclusão educacional. Em 2003, foi lançado o Programa Educação Inclusiva, cujo objetivo era aprimorar o sistema de ensino, promovendo a inclusão de alunos em situação de vulnerabilidade e ampliando a formação de gestores e professores nos municípios brasileiros, garantindo o acesso equitativo à educação para todos (BRASIL, 2008).

Em 2007, a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), por meio da Portaria Normativa nº 13/2007, representou mais um passo na consolidação da política educacional inclusiva. Além desse programa, um conjunto de outras iniciativas foi desenvolvido para



fortalecer e expandir a educação inclusiva no país (BRASIL, 2007). No ano seguinte, em 2008, a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva consolidou a garantia do direito a uma educação de qualidade para todos os alunos (BRASIL, 2008, p. 5). Sob essa ótica de avanços, surge o Atendimento Educacional Especializado (AEE), voltado para alunos com necessidades educacionais específicas, contando com o suporte das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM).

## 2.1 SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS (SRM)

A implementação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) se trata da viabilidade do Atendimento Educacional Especializado permitindo que o aluno permaneça na sala de aula regular e receba o atendimento especializado no contraturno para potencializar sua aprendizagem. Assim, as SRM são fundamentais no ato de garantir ao seu público alvo o acesso a uma educação de qualidade capaz de possibilitar o desenvolvimento dos alunos de forma inclusiva (De Moraes; Hummel; Da Silva, 2023).

Assim, percebe-se que para o aluno participar do AEE ele deve estar devidamente matriculado na rede de ensino, e esse atendimento deve ser realizado em horário oposto ao do ensino regular para que não haja interrupções ou gere dificuldades no acesso a ambos. Além disso, a SRM deve dispor de diversos recursos e materiais para o devido atendimento aos alunos, respeitando suas particularidades.

Para que o trabalho pedagógico da SRM tenha uma estrutura adequada quanto ao planejamento dos professores, gestores e demais envolvidos, se faz necessária a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) por parte dos professores para que se torne possível a identificação, elaboração e organização dos recursos pedagógicos e acessíveis para o enfrentamento dos desafios frente à permanência dos alunos com necessidades especiais na instituição de ensino (BRASIL, 2007, p. 10).

## 2.2 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

O AEE se trata de um programa do Governo Federal cujo intuito é servir de suporte para alunos com necessidades especiais de modo que facilite seu aprendizado no âmbito escolar, sendo uma ferramenta essencial na promoção da educação inclusiva. Assim, o AEE, implementado inicialmente pela Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008, trata-se de um serviço essencial para a educação especial devido a sua capacidade de complementar o desenvolvimento do seu público alvo promovendo autonomia e independência ao mesmo (Morais, 2024; Silva; Araujo; Bresciani; Almeida; Corcino, 2023).

Quanto à implementação eficaz dos serviços do AEE e sua capacidade de atender as diferentes demandas dos alunos, cabe ressaltar a importância da elaboração de planos que visam a identificação



das necessidades educacionais dos alunos atendidos pelo programa. Dentro desse contexto, tem-se o Plano Educacional Individualizado (PEI), uma ferramenta utilizada para personalizar o ensino e o atendimento voltado a identificação das necessidades individuais dos alunos de modo que possibilite o devido suporte para o desenvolvimento escolar e social dos mesmos (Narciso et al., 2024).

Além disso, Almeida e Capuzzo (2023, p. 65) ressaltam que “o PEI possibilita uma abordagem centrada no aluno, considerando suas particularidades e promovendo um ambiente de aprendizagem inclusivo”, assim, as individualidades dos alunos passam a ser vistas e reconhecidas gerando oportunidades de aprendizado de forma igualitária e inclusiva.

### 2.3 IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DO AEE EM MUNICÍPIOS

Levando em consideração que a educação básica tem como primeira etapa a educação infantil e que esta realidade vem sendo cada vez mais reconhecida e denominada importante no sistema educacional.

Conforme Miranda (2019), percebe-se que a implementação da educação especial é fundamental não apenas ao seu público-alvo, mas também beneficia todo o sistema educacional tendo em vista que os professores com formação continuada referente à educação inclusiva serão capazes de atender todos os seus alunos, inclusive os do ensino regular, de forma mais flexível, justa e democrática, além de promover uma maior reflexão dos educadores sobre suas práticas de ensino.

No Brasil, a rede de educação municipal é responsável por grande parte da educação básica, principalmente na educação infantil e no ensino fundamental. Isso se dá devido a descentralização do sistema educacional, prevista pela Constituição de 1988, dando autonomia aos municípios pra gerir os recursos e implementar políticas públicas de educação conforme as necessidades de cada região. Além dos benefícios, essa autonomia também traz desafios, tendo em vista a escassez de recursos financeiros e humanos em municípios de pequeno porte (Garcez, 2024)

A educação inclusiva deve vir acompanhada de uma infraestrutura adequada, profissionais capacitados e recursos pedagógicos específicos para o devido atendimento do seu público-alvo, porém, em pequenos municípios, o sistema de educação costuma obter estruturas limitadas, um menor número de escolas e de profissionais capacitados, afetando negativamente a qualidade do ensino (Santos; Leffer, 2024).

O ambiente escolar é de extrema relevância no processo de desenvolvimento dos alunos, o mesmo se aplica àqueles com deficiência. Assim, a educação inclusiva se faz importante em um contexto no qual a escola passa a adotar novas práticas de ensino e repensar suas ações voltadas à diversidade de seus alunos. Com isso, a escola deve estar em constante avaliação sobre suas ações voltadas à inclusão, de modo que potencialize o AEE (Silva; Araujo; Bresciani; Almeida; Corcino, 2023).



Quanto aos desafios enfrentados na implementação de políticas educacionais inclusivas em municípios, um dos mais críticos, segundo Oliveira (2020), é a escassez de infraestrutura adequada para o atendimento especializado, além disso, o autor destaca que a incapacidade financeira da gestão local dificulta o processo de aprendizagem desses alunos, que poderia ser ampliado com tecnologias assistivas.

Para Moraes, Hummel e Silva (2023) explicam que as limitações de recursos financeiros tornam inviáveis a implementação de adaptações nas escolas, inclusão de rampas e acessibilidade, banheiros adaptados e SRM. Além disso, ressalta que o apoio das famílias, gestores e da comunidade local pode ser um quesito fundamental para a implementação da inclusão no sistema de ensino de maneira efetiva, porém, esse ainda é um desafio, tendo em vista que a interação entre o sistema de educação e a comunidade pode trazer tanto melhorias na qualidade da educação inclusiva quanto gerar maiores dificuldades.

Outro desafio crítico na educação especial é o baixo índice de profissionais com a devida capacitação para atuar nessa área específica devido ao fato de os municípios não conseguirem proporcionar capacitações regulares para seus educadores, mesmo diante da conscientização de sua importância (Nozu, 2021). A esse respeito, Mota Rocha (2018), destacam que a carência de capacitações para os professores, faz com que eles se vejam despreparados para lidar com a alta demanda das necessidades específicas do público alvo da educação inclusiva, prejudicando a inclusão e o desempenho dos mesmos.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A metodologia adotada para este estudo possui finalidade exploratória, onde busca investigar as razões pelas quais os fenômenos e eventos ocorrem. Seu método é qualitativo, estando alinhado com pesquisas que possuem uma problemática mais profunda, ou seja, o método qualitativo busca compreender a complexidade de fatos específicos dentro de um determinado contexto (Sampaio, 2022). O método qualitativo se adequa a esta pesquisa cujo intuito é a análise da Educação Inclusiva frente ao AEE e seus desafios tendo em vista que o mesmo permite um melhor entendimento de suas particularidades no contexto educacional.

Para a coleta de dados, o estudo inclui um levantamento documental, onde, segundo Cechinel *et al.* (2016), refere-se a uma avaliação preliminar de documentos conforme o pesquisador necessite e, além disso, a realização de entrevistas, onde, segundo Ribeiro (2008) trata-se da técnica mais apropriada quando o pesquisador busca obter informações voltadas às atitudes, sentimentos e valores através do comportamento dos entrevistados e podendo interpretar os resultados através de novas fontes.



Com base nos objetivos traçados, foram elaborados três roteiros de entrevistas semiestruturados com perguntas abertas, sendo o primeiro roteiro destinado à coordenação do AEE visando a compreensão do funcionamento do atendimento especializado nas escolas da rede pública de ensino, bem como os desafios de implementação dele. O segundo roteiro foi direcionado aos profissionais atuantes da educação especializada com o intuito de obter uma percepção geral dos profissionais quanto aos desafios de implementação do AEE. O terceiro e último roteiro destinou-se às mães de alunos atendidos pelo programa, possibilitando ampla compreensão do atendimento prestado pelas escolas do município analisado e dos desafios existentes acerca da percepção das mães de alunos atendidos.

Portanto, para a coleta de dados por meio de entrevistas foi realizado um primeiro contato na Secretaria de Educação municipal para apresentação da pesquisadora e do objeto de pesquisa através de uma carta de apresentação, buscou-se, ainda, a aceitação da coordenadora do AEE para realização da entrevista, bem como a autorização para realização de entrevista com os profissionais. O contato com as mães foi realizado por meio de indicações.

Desse modo, foram selecionados um membro da Secretaria de Educação (SEDUC), responsável pela coordenação do AEE no município analisado, três professores do AEE, sendo um do ensino infantil e dois do ensino fundamental I e II e quatro mães de alunos atendidos pelo programa, que de forma voluntária aceitaram realizar as entrevistas.

As entrevistas com os profissionais foram realizadas nas escolas em que atuam, com duração média de 17 minutos. Com as mães, as entrevistas foram realizadas em suas casas com duração média de 10 minutos. Vale ressaltar, que todas as entrevistas foram realizadas com gravação de áudio por meio de aplicativo de celular, com autorização dos entrevistados, e posteriormente transcritas através de aplicativo.

Diante das informações coletadas, foi realizada uma análise de conteúdo, onde, segundo Valle e Ferreira (2024), refere-se a uma análise dos dados gerados a partir de entrevistas, questionários e outras técnicas de pesquisa que buscam identificar as percepções dos participantes sobre a temática do estudo a ser realizado.

O conjunto de técnicas utilizadas para a realização deste estudo justifica-se por se tratar de métodos que se adequam aos objetivos traçados e enriquecem o conjunto metodológico proporcionando uma análise completa da temática e contribuindo para uma conclusão bem elaborada e coerente com o que se busca com a análise.

Na apresentação dos resultados das entrevistas, optou-se por incluir apenas as falas que mais diretamente contribuem para o entendimento das questões centrais da pesquisa. A escolha dos dados se baseou na relevância para os objetivos específicos do estudo, assegurando que as informações fornecidas pelos participantes fossem utilizadas de maneira a enriquecer a análise e discussão.



#### 4 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para aprofundar a compreensão sobre o contexto do estudo e o funcionamento das escolas municipais, foi realizada uma entrevista com a coordenadora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no município em análise. Esse procedimento possibilitou a obtenção de informações detalhadas sobre a estrutura e a dinâmica do AEE, os principais desafios enfrentados em sua implementação e as estratégias para o aprimoramento das práticas pedagógicas e da gestão do serviço.

Segundo a coordenadora, a rede pública municipal conta com dez escolas, sendo duas creches, cinco escolas de ensino fundamental I e II na zona urbana e três na zona rural. Todas essas instituições dispõem de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) para a realização do AEE, atendendo aproximadamente 175 alunos em toda a rede, com sessões individuais de 50 minutos diárias.

Em relação ao financiamento, sete escolas foram contempladas com recursos do Ministério da Educação (MEC), enquanto duas possuem verbas ainda não utilizadas e uma não tem previsão de recebimento de recursos. Além disso, todas as unidades escolares contam com cadeiras de rodas fornecidas pelo programa Acessibilidade. Quanto à acessibilidade, embora todas as escolas sejam consideradas adequadas, apenas quatro seguem integralmente o novo padrão do MEC. As demais passaram por adaptações para atender às necessidades dos alunos.

Quanto aos profissionais envolvidos na implementação do AEE, a coordenadora do programa responde que atualmente a rede de ensino municipal conta com professores efetivos e contratados com formação em pedagogia e em educação especial, além disso, a maioria deles também são psicopedagogos. Além dos professores que atuam na sala de AEE, outros profissionais estão envolvidos na sua implementação, como a psicóloga escolar, psicólogos do município, gestores, coordenadores e, quando necessário, a equipe de saúde.

Ainda com base nas respostas dadas pela coordenadora, o diagnóstico dos alunos que necessitam desse atendimento é realizado de duas formas, a primeira é a partir do laudo apresentado pelos pais e, a segunda inicia com o que é observado pelos professores da sala regular, após essa observação, caso haja necessidade, o aluno passa por avaliação pedagógica e psicológica para analisar se aquela criança possui alguma condição que necessite do AEE.

Sobre os desafios enfrentados na implementação do AEE nas escolas do município, a coordenadora ressalta que o maior desafio é compreender que o aluno antes de ser do AEE, ele é aluno da escola e sua vida escolar está ligada em sua maioria à sala regular. Como sugestão de melhoria, a entrevistada ressalta que, em sua concepção, a rede possui um serviço muito bom quando comparado com outros municípios em relação à infraestrutura e recursos disponíveis, porém, o diálogo com os pais é algo que poderia ser melhorado.



#### 4.1 PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Conforme descrito anteriormente, foram entrevistados 3 profissionais atuantes do AEE nas escolas municipais da rede pública. Dessa forma, em prol de manter a confidencialidades dos participantes envolvidos no estudo, serão utilizadas as seguintes nomenclaturas: Professor 01; Professor 02 e Professor 03.

Os seguintes quadros constam as respostas correspondentes a cada pergunta realizada aos professores 01, 02 e 03.

Quadro 1 - Quais os principais desafios enfrentados na implementação do AEE na sua escola?

ENTREVISTADOS	ESCOLA ANALISADA	RESPOSTAS
Professor 01	Creche Rita Cipriano	É a aceitação dos pais e querer ajuda para o próprio filho, que tem alguns pais que são bem resistentes e às vezes acaba não aceitando, mas quando aceita, fica tudo tranquilo. Aí dá para a gente fazer nosso trabalho, mas não é fácil.
Professor 02	Padre Paulo Roberto de Oliveira	Na maioria das vezes ainda é a maneira como ele é visto, ele ainda é visto como um reforço, como uma forma de “segurar” aquele menino que está descompensado.
Professor 03	Maria Leite Rafael	A principal é recursos. A escola não tem todos os recursos necessários, vem verba, vem materiais, mas a gente, assim, como trabalha com crianças especiais a gente precisa de mais materiais aí é essa dificuldade que a gente encontra porque a gente tem que fazer, criar o próprio material. Quando não existe, a gente cria.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O entrevistado 01 aponta a resistência de alguns pais em aceitar a necessidade de ajuda especializada para seus filhos como um desafio existente na implementação do AEE. Esse fator pode ser um grande obstáculo, pois sem a colaboração das famílias, torna-se difícil trabalhar de forma integrada e eficaz no desenvolvimento do aluno. O entrevistado 02 explica que a forma como o AEE ainda é vista é um desafio persistente, tendo levando em consideração que muitos ainda veem esse atendimento como reforço ou uma forma de “segurar” o aluno que apresenta dificuldades. Essa visão reflete uma compreensão limitada sobre o papel do AEE.

A resposta dada pelo entrevistado 03, mostra que as limitações de materiais e verba são um dos maiores obstáculos enfrentados pelo atendimento especializado, tendo em vista que apesar de haver disponibilização de recursos, o mesmo ainda é insuficiente e se torna necessário a criação de materiais pelos professores para atender as necessidades dos alunos. Essa escassez de recursos pode impactar diretamente na qualidade do atendimento, comprometendo a execução das atividades pedagógicas.

Para Moraes, Hummel e Silva (2023) as limitações dos recursos financeiros impossibilitam a implementação de adaptações nas escolas, inclusive a implementação de SRM com os recursos



adequados para o desenvolvimento dos alunos. Além disso, o autor enfatiza o apoio das famílias como quesito essencial para a implementação efetiva da inclusão no sistema de ensino.

Quadro 2 - A escola possui uma estrutura adequada para atender às necessidades dos alunos com deficiências e transtornos do desenvolvimento?

ENTREVISTADOS	ESCOLA ANALISADA	RESPOSTAS
Professor 01	Creche Rita Cipriano	Sim, sim. Nós temos aqui duas salas de atendimento, com três professoras, porque o público nosso aumentou esse ano. Então, nós temos essas duas salas e a escola dá esse suporte para a gente, sim. É uma escola bem inclusiva, a creche.
Professor 02	Padre Paulo Roberto de Oliveira	Dizer que é adaptada é muito relativo por que são características diferentes. Temos alguns com hipersensibilidade, outros que são gostam de ambientes fechados, então, para uns está adaptado, mas, para outros, algumas alterações seriam necessárias. Se caso recebêssemos um aluno cadeirante, talvez a acessibilidade não seria tão boa, mas aí vamos adaptando aquilo que a gente pode e conhecendo o aluno e adaptando o que a gente pode para a realidade dele.
Professor 03	Maria Leite Rafael	Sim, toda a escola é acessível, tem rampas, tem escada, banheiros acessíveis também e profissionais capacitados também.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A estrutura escolar adequada para atender as necessidades dos alunos com deficiências e transtornos do desenvolvimento é uma questão complexa, visto que cada aluno possui uma necessidade específica. De acordo com os entrevistados 01 e 03, as escolas em que atuam possuem uma infraestrutura inclusiva e capaz de atender as necessidades dos alunos com uma estrutura física adequada. Já o entrevistado 02 reconhece que sua escola necessita de adaptações, embora essa seja uma questão relativa por depender das características individuais de cada aluno. Ele menciona que, caso receba algum aluno cadeirante, algumas modificações seriam necessárias para garantir a acessibilidade para esse aluno já que a escola não possui uma estrutura adequada e acessível.

As respostas dos entrevistados reafirmam o que foi dito pela coordenadora do programa em relação a estrutura das escolas, pois menciona a creche e a escola Maria Leite Rafael, local de atuação dos entrevistados 01 e 03, entre as escolas que estão dentro do padrão novo do MEC, enquanto a escola Padre Paulo Roberto de Oliveira está entre as escolas que não estão no padrão adequado, sendo o local de atuação do entrevistado 02.

Tendo em vista que, das 10 escolas municipais apenas 04 estão dentro do padrão do MEC em relação à infraestrutura adequada, nota-se que esse é um desafio enfrentado pelo município de Sumé-PB no âmbito da educação especializada, onde, segundo Oliveira (2020), é um dos mais críticos e pode dificultar o processo de aprendizagem dos alunos atendidos.

Sabendo que todas as escolas da rede municipal possuem SRM, foi questionado aos profissionais entrevistados se essas salas possuem os recursos necessários para o desenvolvimento dos



alunos atendidos. A partir das respostas obtidas notou-se que os recursos necessários em uma sala de recursos podem variar de acordo com as especificidades dos alunos.

O entrevistado 01 destaca a importância de um ambiente adaptado com materiais como livros didáticos e de leitura, blocos para comunicação alternativa e outros materiais pedagógicos que possibilitem a realização de um trabalho gradual e personalizado. Já o entrevistado 02 observa que, no caso da escola onde atua, não há necessidade de materiais altamente especializados, uma vez que a escola não possui alunos com deficiências como baixa visão ou surdez. Contudo, o entrevistado ressalta que a sala conta com recursos capazes de atender as necessidades dos alunos.

O entrevistado 03 relata a existência de duas salas, uma para atender alunos do fundamental I e outra para os alunos do fundamental II, de modo a atender eficazmente as diferentes faixas etárias. Para o entrevistado, a improvisação é uma solução encontrada que não prejudicar o atendimento.

Em suma, os recursos necessários para o funcionamento de uma sala de recursos incluem materiais pedagógicos diversos, adaptações específicas e, em alguns casos, a capacidade de improvisação na ausência de determinados recursos. É essencial a disponibilidade dos recursos adequados e suporte necessário para o desenvolvimento das potencialidades dos alunos, porém, vale ressaltar que a falta de certos materiais é um desafio para a efetividade de atendimento.

Diante do questionamento referente aos recursos que não estão disponíveis na sala de atendimento especializado e que os profissionais consideram essenciais, os entrevistados enfatizam que, além da capacitação profissional e da compreensão das necessidades dos alunos, a carência de recursos específicos como projetores multimídia, jogos e materiais concretos representa um desafio existente nas salas de AEE, dado que esses recursos são fundamentais para tornar o ambiente mais interativos, adaptado às formas de aprendizado divergentes e para envolver os alunos de forma eficaz no processo educacional, conforme Morais (2024) aponta, o uso de tecnologias pode potencializar oportunidades de desenvolvimento cognitivo dos estudantes.

A capacitação profissional para atuar no AEE é um aspecto central nas práticas pedagógicas e no desenvolvimento de estratégias eficazes para atender as demandas dos alunos atendidos. À vista disso, o entrevistado 01 destaca participação ativa em cursos de capacitação profissional realizados anualmente, além de já ser pós-graduada em psicopedagogia e estar finalizando outra pós-graduação em AEE, refletindo o seu compromisso com a formação continuada e o seu entendimento sobre a importância de conhecimentos especializados para atender um público específico.

O entrevistado 02 relata que começou sua trajetória no AEE como pedagogo e que agora se sente capacitado para atender as necessidades dos seus alunos, reconhecendo suas potencialidades e trabalhando para desenvolvê-las. Já o entrevistado 03 menciona a realização de capacitação constante com a realização de cursos durante o ano oferecidos por universidades com a Universidade Estadual



da Paraíba-UEPB e a Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, demonstrando a importância da formação contínua.

Segundo Nozu (2021), o baixo índice de profissionais com a devida capacitação para atuar em uma área específica com AEE é um desafio crítico na educação especial devido a incapacidade dos municípios em proporcionar capacitações para seus educadores. Porém, essa não é a realidade do município analisado, tendo em vista que, ao serem questionados sobre a existência de programas de capacitação continuada para os profissionais de AEE, os entrevistados 01, 02 e 03 responderam que esses programas existem e as capacitações são fornecidas todos os anos pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG e Universidade Estadual da Paraíba-UEPB.

#### 4.2 PERCEPÇÃO DAS MÃES

Para manter a confidencialidade das mães envolvidas no presente estudo, serão utilizadas as seguintes nomenclaturas: Mãe 1; Mãe 2; Mãe 3 e Mãe 4.

Os quadros abaixo demonstram as respostas correspondentes a cada pergunta dirigida às mães 01, 02, 03 e 04.

Quadro 4 - Há uma comunicação ativa entre a escola e sua família sobre o AEE?

ENTREVISTADOS	ESCOLA ANALISADA	RESPOSTAS
Mãe 01	Creche Anita Garibaldi Mendonça Raphael	Sim, só não nos incluíam, eu que tinha que ficar indo procurar como ele estava.
Mãe 02	Professora Zélia Braz	Existe, mas sou eu quem procura mais.
Mãe 03	Professora Zélia Braz	Agora sim, na escola atual estão sempre me informando sobre o desenvolvimento delas, mas na escola que elas estudavam antes não havia comunicação ativa, só foi feita uma reunião comigo sobre o AEE e eu não sei nem se elas estavam realmente frequentando a SRM devido à falta de comunicação por parte da escola.
Mãe 04	Professora Zélia Braz	Sim, sim. A sala de AEE tem todo o cuidado, as escolas, não estou falando só na questão da Zélia Braz, mas estou falando como líder do grupo, estou falando com a acessibilidade que tem a escola, com a sala de AEE e os familiares que precisam do serviço. Então, tem toda uma comunicação.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

As mães entrevistadas possuem percepções divergentes em relação a comunicação entre a escola e a família sobre AEE. A mãe 01 e a mãe 02 relatam a existência da comunicação, porém a iniciativa sempre parte delas para obtenção de informações sobre o desenvolvimento de seus filhos, indicando uma relação pouco proativa por parte da escola. A resposta obtida pela coordenadora do AEE referente a sugestão de melhorias na implementação do programa reafirma a ausência dessa comunicação por parte da escola quando destaca o diálogo com as famílias como algo a ser melhorado.

A mãe 03 ainda reforça essa percepção ao mencionar que, na escola em que suas filhas estudaram anteriormente, a comunicação era limitada a uma única reunião gerando dúvidas sobre a



frequência de suas filhas ao atendimento. No entanto, a mesma destaca que na escola em que estudam atualmente a comunicação melhorou significativamente. Em contraste, a mãe 04 apresenta uma visão positiva afirmando que há um cuidado em relação ao diálogo entre a escola, a sala de AEE e os familiares, indicando uma comunicação mais estruturada.

Essas diferentes perspectivas indicam que algumas famílias enfrentam desafios para obter informações e outras percebem avanços na comunicação, ressaltando a importância do envolvimento contínuo da escola para garantir a transparência e a efetividade do AEE.

Quadro 5 - Na sua concepção, seu filho(a) recebe um atendimento adequado no AEE? Qual o nível de dificuldade enfrentado pelo seu filho(a) para o acesso aos recursos do AEE?

ENTREVISTADOS	ESCOLA ANALISADA	RESPOSTAS
Mãe 01	Creche Anita Garibaldi Mendonça Raphael	Sim, tanto que ele evoluiu bastante. Sem dificuldades para acessar o programa.
Mãe 02	Professora Zélia Braz	Sim, o atendimento é adequado. Nenhuma dificuldade, desde o ano passado (2024) que ele é atendido pelo AEE e a profissional realizou um bom trabalho conseguindo alcançar seus objetivos e eu como mãe também e foi a própria escola quem entrou em contato comigo para saber da possibilidade de ele ser atendido pelo AEE.
Mãe 03	Professora Zélia Braz	Sim, o atendimento é adequado. Nenhuma dificuldade.
Mãe 04	Professora Zélia Braz	Então, foi um suporte que foi dado, as terapias ainda estão longe de ser o que a gente pensa ou sonha, porém, é o que a gente tem no momento e é o que a gente se agarra, é o que a gente ajuda a escola. Porque a escola sozinha não faz nada, a prefeitura sozinha não faz nada, nós quanto família também sozinhos, a gente também não faz nada. Então é um conjunto, todo mundo junto, segurando na mão de todo mundo. É claro que tem as falhas, tudo custa, tudo é por dinheiro e assim vai. O que temos não está nem perto do que sonhamos, mas se não tiver o que temos hoje também, não anda. Nenhuma dificuldade.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A noção das mães sobre o atendimento prestado na sala de AEE e a facilidade de acesso ao programa é amplamente positiva. A mãe 01 destaca a evolução de seu filho, enquanto a mãe 02 reforça a qualidade do atendimento e o papel ativo da escola ao sugerir a participação da criança no AEE. A mãe 03 também confirma a adequação do atendimento e a ausência de barreiras para acesso ao mesmo. Já a mãe 04 adota uma visão mais ampla e realista quando reconhece a necessidade de um esforço entre as partes, como escola, prefeitura e famílias, para que o serviço funcione adequadamente, apontando que, apesar das limitações financeiras e estruturais, o AEE representa um avanço significativo para a localidade.

As respostas obtidas demonstram que, apesar dos desafios existentes, o acesso ao programa tem sido facilitado e o atendimento é, de forma geral, bem avaliado pelas famílias.

As mães entrevistadas apontaram algumas sugestões de melhorias para o AEE frente às suas preocupações estruturais e pedagógicas que podem impactar diretamente a qualidade do serviço



oferecido. Um dos principais pontos levantados foi a ampliação do ambiente onde o atendimento é realizado, visto que algumas escolas possuem salas muito pequenas, podendo prejudicar o conforto dos alunos e o desenvolvimento das atividades.

Além disso, há uma demanda por mais recursos de aprendizagem e que possibilitem estratégias pedagógicas mais diversificadas e eficazes. Outra sugestão apontada foi a ampliação do tempo de atendimento, já que os 50 minutos disponibilizados atualmente é visto como insuficiente para atender plenamente as necessidades do aluno.

A formação continuada dos profissionais que atuam no AEE foi sinalizada como essencial para melhoria do atendimento, porém, os dados coletados para este estudo mostram que a formação continuada desses profissionais já é disponibilizada pela rede de ensino municipal através de parcerias com outros órgãos públicos.

As mães também explicitam a importância de contar com profissionais que tenham vocação e paixão pelo que fazem, pois acreditam que isso impacta diretamente a qualidade do atendimento. Além disso, sugerem a inclusão de uma equipe multidisciplinar dentro da sala de AEE, composta por psicólogos e psicopedagogos, para dividir responsabilidades e evitar a sobrecarga de apenas um profissional.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo atingiu seus objetivos ao analisar a implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) de Sumé-PB, identificando os principais desafios enfrentados e a eficácia do atendimento prestado. Os dados coletados por meio de entrevistas e de um levantamento documental ressaltam que o AEE se configura como um instrumento essencial para a garantia do desenvolvimento intelectual e social dos alunos atendidos, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo. Entre os desafios encontrados no decorrer da pesquisa, destaca-se a resistência dos pais em aceitar a necessidade de ajuda especializada, a escassez de recursos financeiros e materiais adequados, infraestrutura inadequada na maioria das escolas não atendendo aos padrões adequados de acessibilidade.

Por meio dos depoimentos analisados, percebe-se que as percepções dos profissionais e das mães de alunos atendidos revelam uma compreensão mútua referente a importância do AEE, embora tenham destacado a necessidade de melhorias na comunicação entre a escola e as famílias. Apesar dos obstáculos existentes, as mães demonstram satisfação com o atendimento.

Os resultados indicam que o município de Sumé-PB enfrenta alguns desafios significativos quanto a implementação do AEE, tendo em vista que ainda há uma escassez de recursos voltados ao desenvolvimento educacional dos alunos com necessidades especiais, fazendo com os profissionais da sala tenham que criar materiais ou até mesmo utilizar a cerâmica da escola para ensinar sobre reta,



como destacado por um dos profissionais entrevistados. Essa ausência de recursos pode dificultar o processo de desenvolvimento dos alunos e gerar maiores dificuldades, bem como a resistência de alguns pais em aceitar que o filho necessite de atendimento especializado.

Outro desafio é a inadequação da maioria das escolas referente à infraestrutura e acessibilidade, embora todas as escolas possuam cadeiras de rodas para atender alunos com deficiência física e facilitar sua mobilidade, outros quesitos são importantes nesse quesito, como banheiros adaptados e rampas. Nos casos de alunos com deficiência de visão, é necessário a existência de pisos táteis e corrimões. Assim, a implementação de uma infraestrutura adequada em todas as escolas é fundamental para a liberdade do aluno do ambiente escolar.

Os resultados desta pesquisa podem servir como subsídios para a formulação e implementação de políticas públicas que visem a melhoria da educação inclusiva em municípios de pequeno porte, como Sumé, contribuindo para a construção de um sistema de ensino mais equitativo e acessível a todos. Além disso, é fundamental a implementação de estratégias que considerem as particularidades locais e as necessidades dos alunos para que o sucesso do AEE e para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Diante do exposto, sugere-se que o município de Sumé-PB busque firmar parcerias para implementação do AEE no Colégio Estadual de ensino médio para quando os alunos com necessidades especiais concluírem o ensino fundamental II consigam permanecer com o atendimento especializado e continuem desenvolvendo adequadamente de forma igualitária. Para futuros estudos, sugere-se a análise da implementação do AEE em escolas de ensino médio.



## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Francisco Roberto Diniz. A política nacional da educação inclusiva: perspectivas, desafios e práticas em contexto brasileiro. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 9, n. 10, p. 3241-3252, 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 17 de nov. de 2011.

BEZERRA, Giovani Ferreira. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: a problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 26, p. 673-688, 2020.

BRASIL. Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. [s.l.]: Ministério da Educação, 2012.

CECHINEL, Andre et al. Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. *Criar Educação*, v. 5, n. 1, 2016.

CORREA, Luana de Souza. Educação física e inclusão: práticas corporais na perspectiva da educação inclusiva, em uma escola do município de Osório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. 2024. Monografia – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, 2024.

GARCEZ, Liliane. Coordenação-Geral de Estruturação do Sistema Educacional Inclusivo. DIPEPI/SECADI/MEC. 2024.

LIBERALESSO, Aline Rodrigues. UMA BREVE ANÁLISE REFERENTE A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA PRIMEIRA INFÂNCIA. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 9, n. 8, p. 86–94, 2023.

LIMA, A. G. D.; SANTOS, C. A. B.; CARMO, S. M.; COSTA, S. C. Paradigmas históricos da inclusão e da educação de pessoas com deficiência visual. *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, v. 9, n. 1, p. 89-102, jan.-jun., 2022

MORAIS, Francisca Renata Chaves de. Avaliação do atendimento educacional especializado (AEE) como política pública de inclusão nas escolas do município de Horizonte - CE. 2024. 175 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

MORAES, Anna Lis. Revisão bibliográfica: sensibilização do olhar docente para o processo de inclusão com empatia. 2023. 40 fls. (Trabalho de Conclusão do Curso), Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Acesso: 31 mar. 2025.

MORAES, Marcelo Rodrigues; HUMMEL, Eromi Izabel; SILVA, Eliane Paganini. Tecnologia assistiva como recurso pedagógico: concepções dos docentes das salas de recursos multifuncionais. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 15, n. 43, p. 40-66, 2023.

MIRANDA, Fabiana Darc. Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil. *Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva*, v. 2, n. 3, p. 11-23, 2019.



NARCISO, Rodi et al. PEI-PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: PERSONALIZANDO O ENSINO PARA CADA ALUNO. Revista Políticas Públicas & Cidades, v. 13, n. 2, p. e1006-e1006, 2024.

NOZU, Cesar Shoiti. Políticas e práticas em educação especial e inclusão. Curitiba, Íthala, 2021.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. Revista Educação Pública, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ-PB. Prefeito Éden inaugura Sala de Atendimento Educacional Especializado na Escola Zélia Braz. Disponível em:  
<https://www.sume.pb.gov.br/2017/03/prefeito-eden-inaugura-sala-de-atendimento-educacional-especializado-na-escola-zelia-braz/>. Acesso em: 05 abr. 2025.

RABELO, Elizeny Pereira. EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS E AVANÇOS NA INCLUSÃO ESCOLAR. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 10, n. 8, p. 2206– 2215, 2024.

RIBEIRO, Elisa Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

SAMPAIO, Tuane Bazanella. Metodologia da Pesquisa. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, CTE, UAB, 2022.

SILVA, Thales Fabricio da Costa e; ARAUJO, Ana Carolina da Costa; BRESCIANI, Luis Paulo; ALMEIDA, Débora Bruna Alves; CORCINO, Kevin Ferreira. Execução Do Programa Nacional De Assistência Estudantil Pelas Universidades Federais Do Nordeste No Contexto Da Pandemia Da Covid-19. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.], v. 39, n. 1, 2023.

